

MUSEUS, MEMÓRIAS E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha¹

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre o processo de memória e esquecimento relativos às culturas africanas e afro-brasileiras, na perspectiva do patrimônio e dos museus no Brasil.

Palavras-chave: memória, museus, patrimônio, afro.

ABSTRACT

This article brings reflections on the process of memory and forgetting related to African and Afro-Brazilian cultures from the perspective of patrimony and museums in Brazil.

Keywords: memory, museums, patrimony, afro.

O direito à Memória é enquadrado no rol dos Direitos Difusos, que têm por princípio atingir a todos os indivíduos da nação, coletivamente, sem distinção, ainda que não seja reivindicado. Portanto, é um direito que não pode ser garantido apenas a uma parcela da sociedade, mas a todos os indivíduos que a compõem.

Lembrar e ser lembrado é fenômeno que toca toda a humanidade, sem exceção. Somos humanos, entre outras coisas, porque lembramos, registramos e reproduzimos nossas memórias. Os museus, instituições voltadas prioritariamente para a preservação de memórias, constituem-se como locais vocacionados para executar o papel do Estado como agente de garantias de preservação de memórias. No entanto, há um conflito que se opera no âmbito das políticas oficiais de memórias, pois nem sempre aquilo que o Estado pretende preservar e preserva, revela e representa a totalidade das memórias nacionais.

É o caso das memórias afro-brasileiras, que foram manipuladas, deturpadas e minimamente preservadas em museus, por conta de um ideal de branqueamento nacional, que, aliado a um imaginário civilizatório marcado por perspectiva eurocêntrica, produziu imagens sobre a presença do negro na sociedade brasileira marcadas por preconceitos e abordagens reducionistas sobre culturas africanas, suas diásporas para o Brasil

¹ Museólogo. Doutor em História Social (PUC/SP). Professor do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: marcelo.bernardodacunha.cunha@gmail.com

e sua participação no desenvolvimento local, ao longo dos séculos até a atualidade.

Pensar tais imagens pode contribuir para mudanças de atitudes e perspectivas que transformem o quadro das relações raciais no Brasil, ainda marcadas por assimetrias e preconceitos, contribuindo, também, para que a memória afro se constitua como ferramenta de reforço de autoestimas e combate ao racismo. Ao pensar em histórias e nas estratégias de rememoração através de patrimônios, é necessário considerar, de partida, que qualquer que seja o patrimônio, ele começa e termina nas pessoas. Histórias, memórias e patrimônios referem-se, sempre, a pessoas, e por elas foram criados, formatados, definidos, redefinidos, esquecidos e lembrados, a partir de suas necessidades, crenças e valores.

Preservar patrimônios implica em considerar diversidades, atentando para o fato de que não existe possibilidade de uma única interpretação daquilo que se pretende lembrar e perpetuar. É necessário observar também que a preservação é uma ação subjetiva, resultante de escolhas e tomadas de decisão, e mesmo quando o Estado estabelece o escopo de elementos a serem preservados, está exercitando subjetividades e vontades. Ao pensarmos em preservação de memórias coletivas, não podemos perder de vista que a memória do grupo é individualizada e marcada por subjetividades, fruto do grau de experiência, proximidade e empatia que cada pessoa tem com o que é lembrado.

Das nossas experiências de rememoração surge um *mapa individual de memórias e identidades*, construído e modificado ao longo da nossa vida, no exercício permanente de lembrar e esquecer. Destaca-se que o ato de esquecer é mais poderoso do que o ato de lembrar, pois só é possível lembrar, graças ao esquecer, já que a lembrança implica seleção, clivagem e ordenamento, operações que só se realizam se houver descartes, escolhas e ênfases.

Ainda que marcadas pela subjetividade e experiências, nossas memórias ultrapassam nossos limites individuais, pois o nosso lembrar e esquecer é compartilhado e influenciado pelo coletivo, sendo o Estado um dos principais articuladores nesse processo, pois ao incluir determinado elemento no elenco do patrimônio a ser lembrado, acaba impondo nos *mapas coletivos de memórias* o mesmo elemento; ao mesmo tempo em que promove esquecimentos e descarta outros pontos do rol das memórias oficiais.

Nos equivocamos se pensamos que a preservação de patrimônios garante a preservação de memórias, pois o que é possível preservar, seja através da materialidade ou mesmo da imaterialidade, são indicadores de memórias, já que os fenômenos lembrados, assim como a memória, são fluidos, e em permanente processo de construção e desconstrução. O que preservamos são suportes indicadores de memórias e de fenômenos que

queremos fazer lembrar. Certamente alguns suportes são mais intrinsecamente relacionados a determinados fatos do que a outros, mas nossas memórias deslocam-se no tempo e no espaço, e somente com certo conhecimento do contexto rememorado e de seus índices é que poderemos perceber determinados nexos e vínculos entre materialidades patrimoniais, memórias e identidades a estas relacionadas.

Sendo assim, é necessária a reflexão sobre o que se esconde e se revela no patrimônio preservado, considerando que os referenciais implícitos e explícitos nas materialidades e imaterialidades são múltiplos e complexos, e que preservar é sempre uma ação política, com consequências que ultrapassam o ato de preservar em si. Neste sentido, paradoxalmente, a preservação é ao mesmo tempo necessidade e risco. Necessidade, pois precisamos evidenciar nossa trajetória histórica, e por isso mesmo é também um risco, já que nas escolhas sobre o que preservar, existe muito mais exclusão do que inclusão. Isto se agrava pela ação de quem detém o poder político de escolher o que vai ser preservado, pois esse processo pode levar a visões e ações hegemônicas sobre a memória e sua preservação patrimonializada.

Diante de tais constatações relacionadas ao diálogo existente entre memórias individuais e memórias coletivas, bem como entre memórias sociais e memórias oficiais, é importante que atentemos para o estabelecimento de políticas patrimoniais inclusivas e para a busca de alternativas que resultem em preservação mais próxima das realidades complexas dos mapas de memórias e das subjetividades individuais e coletivas.

Para tal, acreditamos que o primeiro critério deve ser o de focar a ação preservacionista nas pessoas, deslocando-se a ação do patrimônio para os indivíduos. Mais do que prospecção de monumentos e fenômenos indicadores de memórias, a ação de preservação deve se voltar à criação de uma comunidade sensibilizada para exercitar seus olhares em relação às suas próprias memórias e patrimônios. Enquanto os planos de preservação estiverem voltados apenas, ou principalmente, para elementos que contam *certa história*, deslocada das identidades diversificadas contemporâneas, a empatia entre indivíduo, memória e patrimônio será muito difícil de se concretizar.

Outro critério voltado para um plano de preservação inclusiva deve ser a busca por uma preservação de viés crítico, com olhar político, e não apenas de natureza histórica. O que aqui chamamos de preservação histórica é a prática preservacionista que insiste em identificar, ressaltar e cristalizar determinados elementos a partir de visões já sacralizadas dos processos sócio culturais, confirmando aquilo que é convencional está dado. Por outro lado, compreendemos a preservação crítica como aquela que propõe novas ações, buscando preservar aquilo que não está implícito

nos sistemas oficiais de memórias, agregando novos valores ao repertório patrimonial. Tal atitude dependerá do aguçamento do olhar político.

Compreendemos o olhar histórico como aquele que é moldado, direcionado e afetado pelas concepções oficiais da história, ou seja, o olhar que enxerga aquilo que a história, enquanto disciplina e prática do discurso oficial, nos condicionou a ver. O olhar político aquele, no entanto, ultrapassa a construção oficial da história, moldando novas percepções, perspectivas e proposições. Segundo Beatriz Sarlo em um texto no qual reflete sobre continuidade e rupturas em arte e cultura:

Olhar politicamente é pôr as dissidências no centro do foco... um olhar político aguça a percepção das diferenças como qualidades alternativas... frente às linhas respaldadas pela tradição... Porque, de alguma maneira, olhar politicamente... supõe descobrir as fissuras no consolidado, as rupturas que podem indicar a mudança tanto nas estéticas quanto no sistema de relações entre a arte, a cultura e suas formas prático-institucionais e a sociedade [...]

O olhar político organiza conceitual e criticamente; põe em contato, traça paralelos entre questões que, do ponto de vista social e programático, não necessariamente se encontrariam. Tais redes, qualquer que seja seu sentido, não são um novo sistema de hierarquias, mas antes, um espaço de máxima visibilidade das diferenças, orientado não apenas para a mudança, mas também interessado na democratização das instituições culturais (SARLO, 1997, p. 60-3).

A preservação e rememoração inclusivas têm por desafio provocar olhares e memórias que ultrapassem convenções, que sejam propositivos e que considerem a perspectiva relacional e contextual do ato de preservar e rememorar. Esta perspectiva implica refletir sobre questões como as seguintes:

- Qual o sentido da preservação de patrimônio edificado apenas na perspectiva da volumetria arquitetônica, seus indicadores de gosto de época e sua configuração artística?
- Qual a empatia possível de ser estabelecida com os bens preservados por parte de indivíduos que gostariam de ver esse patrimônio apropriado por usos mais objetivos e úteis do que, apenas o de documentos materiais de épocas passadas?

Considerando ainda a questão da relação entre memórias, Estado e representações, vejamos como isto tem se dado no âmbito dos museus

no Brasil, ressaltando que quando pensamos em questões relacionadas a estas instituições como palcos de representação e discursos, devemos considerar a implicação política e ideológica que elas têm, e que tais representações resultam de processos relacionados com a composição de interesses e forças que se articulam nos projetos e ações de representação e confirmação/conformação de lugares e papéis sociais.

Museus refletem as sociedades às quais pertencem, ao tempo em que podem também influenciar e contribuir para a transformação das mesmas. No Brasil, o Estado tem sido o principal fomentador de ações de preservação, fato que reforça a necessidade de que os museus contemplem o maior espectro possível de segmentos sociais em suas abordagens. No entanto, no quadro geral da configuração de nossos museus, há o privilégio de alguns enfoques em detrimento de outros, colocando à margem, ou mesmo excluindo, várias memórias que compõem o tecido das memórias nacionais.

Uma análise das informações constantes no Guia dos Museus Brasileiros, publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus em 2011², relacionadas a 3.118 museus, revela o quanto ainda é incipiente a abordagem museológica de temas como a infância, a mulher, o índio e o negro, pelo menos tomando como ponto de referência a denominação da instituição. Certamente, os temas apontados acima são explorados em vários museus constantes no Guia, mas para a análise que apresentaremos, nos concentramos na autodenominação de instituições museológicas nacionais, pois acreditamos que a denominação é um ponto de partida importante para explicitar sobre como as instituições se definem³.

O guia, bastante provavelmente, não dá conta da totalidade de museus existentes, pois nem todas as instituições do país estão registradas nesse guia. Por conta disso, nossa avaliação poderá ser limitada. No entanto, os dados registrados permitem uma amostra da realidade que não deve ser muito diferente em relação às instituições não registradas. Vale ressaltar, também, que muitas vezes a denominação do museu não é clara quanto ao tema apresentado e a sua descrição no texto do guia, também é dúbia.

Em nossa análise, percebemos que há uma distribuição de temas e abordagens que coincidem com o imaginário sobre a formação étnica nacional e sua distribuição geográfica. Neste sentido, no Norte e no Centro-Oeste do Brasil concentram-se instituições que tratam de memórias

² Acesso em <http://www.museus.gov.br/noticias/guia-dos-museus-brasileiros>

³ Ainda que os dados sejam relativos a uma publicação de 2011, não acreditamos que a realidade dos museus brasileiros, no que diz respeito à configuração temática seja muito distinta na atualidade, ao ponto de impactarem nas análises apresentadas aqui.

indígenas, enquanto que no Nordeste e Sudeste brasileiros, estão aquelas relacionadas às memórias de negros. Por sua vez, na região Sul e também no Sudeste destacam-se memórias de imigrantes estrangeiros.

Em relação aos subtemas ligados às memórias africanas e aos afro-brasileiros há uma perspectiva genérica de tratar a questão, ainda que identifiquemos os temas escravidão, organizações sociais, resistência de negros e memória quilombola, distribuídos entre as instituições registradas. É interessante notar que o estado da Bahia se destaca pela quantidade de casas de memórias criadas por comunidades afro-religiosas, tendo sido registradas sete delas no Guia de Museus. Soma-se a este número um memorial sobre uma comunidade afro-católica. É também a Bahia que apresenta os dois únicos locais dedicados exclusivamente a culturas de países africanos. Já no Rio de Janeiro, encontramos os únicos dois registros relacionados a memórias de organizações urbanas afro-contemporâneas, denominadas de favela.

Outra perspectiva de abordagem da presença afro na cena nacional é dada a partir das manifestações artístico culturais, sendo que os estados de Pernambuco e Rio de Janeiro destacam-se neste quadro. Somente pelo viés da abordagem da arte popular e tradicional, normalmente relacionada a elementos afro-brasileiros, existem oito instituições, enquanto que todos os outros estados do Nordeste e Sudeste totalizam apenas treze. Musicalidades e manifestações lúdico sociais são tratadas em oito instituições nessas mesmas regiões. Já nas regiões Centro-Oeste e Sul, localizamos apenas três museus que, sob a denominação de arte popular, talvez tenham de elementos relacionados à presença do negro na cultural nacional.

Pensando em outras perspectivas de abordagem de práticas e segmentos sociais e suas estratégias de rememoração, vemos que o tema Infância é também bastante raro nas denominações de nossas casas de memória, tendo sido localizado na região Sul o único museu da infância, além de identificarmos seis outros dedicados ao brinquedo, distribuídos pelas regiões do país, exceto na região Norte.

O tema Mulher é ainda mais raro, ocorrendo apenas o registro de um Memorial, em Alagoas. É possível incluir neste eixo, o Memorial das Baianas Vendedoras de Acarajé e Mingau, em Salvador, e apesar do foco do seu discurso estar voltado para a questão relacionada à tradição em torno da produção e consumo da iguaria culinária, optamos por incluir o local no eixo gênero, por conta da predominância feminina em torno da atividade.

Esta breve análise deixa perceber a disparidade e assimetria quantitativa e qualitativa de temas que são abordados pelos nossos museus e que estamos diante de um quadro muito grave no que diz respeito à composição de forças relativas às referências patrimoniais no Brasil. O Guia de

2011 apresentava 3.118 registros de instituições, tendo sido contabilizadas apenas 95, nomeadamente, dedicadas a memórias de negros, índios, mulheres e crianças. Isto nos leva a um percentual de menos de 5% do total das instituições registradas.

Estamos, porém, diante de uma urgência e necessidade, pois vivendo em um país que nos últimos anos tem se preocupado com a implementação de iniciativas que reduzam as desigualdades sociais. Concluímos que os museus também precisam assumir esse papel e buscar a redução das desigualdades sociais, que têm se refletido historicamente em nossas casas de memória. Daí surge uma pergunta, o que fazer para solucionar esta questão?

O ponto de partida é considerar que não existem tipologias institucionais específicas para o tratamento e abordagem de determinados temas e questões da história e vida nacional, pois o contrário seria condenar tais temas ao que poderíamos considerar guetos do patrimônio. Logo, em certa medida, a totalidade dos museus registrados pode e deve falar destes e de outros tantos temas que deseje. A questão é definir sobre o que nossos museus querem falar, ou melhor, é assumir que nossas instituições, em sua grande maioria, até agora, propagam e ecoam mensagens a serviço de um projeto de memória que não é inclusivo, que reforça um programa ideológico voltado à manutenção de lugares instituídos.

Se fosse necessário definir o perfil identitário dos nossos museus veríamos que os mesmos representam predominantemente o segmento masculino, branco, cristão, abastado, heterossexual e com educação formal baseada em valores ocidentais tradicionais. Mas a sociedade, certamente, é mais ampla que este perfil, e todos precisam ser contemplados em nossos espaços de memória. Muitas são as referências que precisam vir à tona nesses espaços.

É certo que, em uma sociedade moldada a partir de valores relacionados à cultura ocidental judaico-cristã, os museus têm classe, cor e gênero como os apresentados neste perfil. Outra não teria sido a feição de nossos museus em uma sociedade marcada pela dominação, exclusão e silêncio, voltados para anular tudo aquilo que pudesse colocar em risco esta imagem ideal e desejada.

Mas os museus precisam ultrapassar esta situação, não podem ser espelhos acríticos da sociedade, sem provocar reflexões, sem responder a demandas que a eles são feitas enquanto instituições sociais. E muitas foram e continuam sendo estas demandas, como aquelas originadas das reuniões internacionais ou locais da área, a exemplo da Mesa Redonda de

Santiago do Chile⁴, realizada pelo Icom – International Council of Museums, em 1972, que evidenciou a preocupação com a perspectiva social da museologia e seus museus, às vésperas da eclosão de um regime ditatorial e de exceção que tomaria aquele país.

Porém, ainda que muitas tenham sido as indicações para que os museus tornem-se organismos dinâmicos no quadro das instituições culturais, e que busquem traduzir os anseios dos diversos grupos sociais, a tradicional ausência de determinadas questões sociais de nossas instituições museológicas está relacionada ao fato de que o museu se apresenta, muitas vezes, exilado da vida, um local da idealização da realidade e protegido das tensões sociais.

Voltando à questão específica das formas de representação sobre as histórias, memórias e culturas de negros e afrodescendentes em museus, percebemos a recorrência de abordagens a partir de olhar *exotizante* e *exotizado*, e ainda sob silêncio e discurso reducionista e deturpado.

No passado, seus documentos culturais foram encaminhados para o âmbito da perspectiva etnográfica, já que a eles era negada a perspectiva histórica, uma vez que a história estava relacionada a uma ideia eurocêntrica, de cunho judaico-cristão, que não combinava e não coincidia com as ideias relativas à cultura e ao desenvolvimento, e com a imagem inferiorizada e racializada que se atribuía a grupos étnicos africanos, afrodescendentes e indígenas.

No ambiente em que se discutia e praticava uma ciência evolucionista voltada à ordem e ao progresso republicano brasileiro, pouco a pouco foram sendo forjados referências e imaginários que colocavam em nível inferior as culturas africanas, afrodescendentes e ameríndias.

Fora daqui, em nome da ciência, ou chancelada por ela, durante o século XIX e até meados do XX, nações europeias empreenderam um projeto de rapina e invasão de territórios, alimentando e realimentando as suas teorias, ilustradas pelos elementos de cultura material recolhidos em suas incursões e prospecções científicas. Surgiram desse processo várias formas de se expor, que a partir da apresentação de elementos considerados exóticos, respondiam à vontade das populações urbanas, ditas civilizadas, de entrar em contato com o diferente e o exótico.

Este foi o momento do surgimento e exploração dos Zoológicos Humanos, nos quais natureza, grupos humanos e culturas exotizadas eram

4 Sobre mesas redondas e outras reuniões da museologia ver PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999 (Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15).

abordados em uma mesma perspectiva, a da apresentação da diferença como forma de afirmar a identidade do expositor, aquele a promover este espetáculo, como a normativa e superior, no caso, os norte-americanos e europeus.

No Brasil, em finais do século XIX e primeiras décadas do XX, este fenômeno vai se operar, entre outras práticas, a partir da apreensão de elementos da cultura africana e afro-brasileira, no âmbito do projeto republicano de limpeza étnica e cultural, que utilizando a força policial, invadia terreiros de candomblé, espancava capoeiristas e sambistas, para coibir práticas ditas inferiores e desmoralizantes da cultura e moral nacionais. Dessas ações, surgiram vários acervos, principalmente afro-religiosos, que foram enviados para Institutos Geográficos e Museus de Polícia. Novamente, a ciência colocava-se ao lado do discurso oficial voltado para educar olhos e mentes acerca dos padrões esperados para uma sociedade considerada civilizada, e sobre aqueles que deveriam ser anulados para que tal nível de desenvolvimento fosse alcançado.

Em pesquisa realizada durante meu Doutorado em História Social, entre os anos 2002 e 2006⁵, pude constatar algumas questões relacionadas às representações presentes em exposições sobre culturas africanas e suas diásporas. A partir do nosso conhecimento relativo à realidade atual dos nossos museus, é possível afirmar que uma década após a realização da pesquisa, o quadro não se modificou, e que apesar de identificarmos algumas instituições que buscam quebrar com essas imagens, o quadro geral é o seguinte:

- Os temas mais explorados são: trabalho (basicamente trabalho escravo), religião, festas e folclore;
- Os objetos africanos mais recorrentes são esculturas, máscaras, instrumentos musicais, cerâmicas, metalurgia, enquanto que os afro-brasileiros são indumentárias, insígnias de divindades, instrumentos musicais, objetos de trabalho e instrumentos de tortura.
- As culturas afro-brasileiras são apresentadas sem que sejam estabelecidos vínculos e relações com o continente africano, sem que estas culturas sejam consideradas como resultados de transformações, transgressões, continuidades e rupturas a partir da diáspora;
- As culturas africanas são apresentadas em perspectiva pretérita, ou seja, a contemporaneidade do continente não é abordada, como se a sua história estivesse congelada;

⁵ Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições. Acesso em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12944>

- No que diz respeito ao Brasil, observamos que elementos das culturas afro são tratados pelo viés do conceito de popular e folclórico, sendo perceptível a relação destes conceitos com aquilo que não é complexo, como forma de expressão mais simples e por este caminho, com aquilo que está relacionado às classes populares;
- É também no passado que é abordada a participação de homens e mulheres negros no universo do trabalho, ou seja, o negro é sempre essencializado como escravo; com o agravante de que a escravidão tenha estado reduzida ao ambiente rural. Ou seja, não se fala sobre a importância e participação fundamental da mão de obra negra em todo o sistema econômico do Brasil, ao longo de mais de trezentos anos. Por outro lado, não se apresenta e discute a situação do negro e seu trabalho após a abolição da escravatura, como se no âmbito da produção econômica, o Brasil tivesse, enfim, embranquecido, reforçando-se a ideia de que a imigração europeia a partir do século XIX deu conta de todas as demandas de produção. Logo, a perspectiva contemporânea do mercado de trabalho e suas relações históricas com a gênese do Brasil e suas formas de exploração da mão de obra negra, com as consequências para a qualidade de vida e acesso a bens, na atualidade, não são tratadas em nossas exposições;
- As formas de organização associativa de negros escravos e libertos, através de irmandades, corporações secretas, estratégias de resistência, são omitidas, produzindo uma imagem de passividade e aceitação da situação de privação de direitos;
- A religião é dos aspectos mais abordados nas exposições, no entanto, não percebemos um discurso que considere a sua importância como um sistema com lógicas próprias, que destaque a participação das suas lideranças, sendo recorrente a ênfase no sincretismo religioso com o catolicismo, em uma perspectiva de subordinação das religiões de matriz africana aos elementos judaico-cristãos.

Destas observações podemos notar que falar em memórias afro-brasileiras é falar de violências, resistências e de pontos comuns a situações de privação de liberdades.

A trajetória histórica de africanos e seus descendentes é pontuada por momentos de maior e menor tensão nas relações sociais. O processo que transportou milhões de indivíduos africanos para o Brasil por mais de trezentos anos marcou profundamente os dois lados do Atlântico e estas marcas, muitas delas cicatrizes, ainda permanecem bastante presentes em nossas vidas e memórias. Algumas delas estão longe de ser resolvidas.

No Brasil, observamos uma questão interessante e aparentemente paradoxal. Ainda que haja ênfase no discurso sobre a escravidão em nossas exposições, não existem instituições exclusivamente dedicadas ao tema. Enquanto que em outras nações que foram envolvidas com esta questão, como é o caso dos Estados Unidos, chega a existir um sistema de museus voltados para tratar estas memórias e os impactos da escravidão sobre a vida das pessoas no passado e na contemporaneidade.

Em certa medida, esta questão deve-se ao que consideramos um certo cinismo do Brasil em relação à escravidão, como se o fato tivesse sido resultado de uma ação externa, operado de fora para dentro, envolvendo estrangeiros e, portanto, nós, os brasileiros da atualidade, poderíamos nos eximir dessa responsabilidade do passado e de suas consequências no presente.

O que a memória da escravidão contém, ou o que o seu esquecimento oculta é, de início, a presença do Estado em uma operação de violência. Perseguição, sequestro e tortura faziam parte deste empreendimento que tinha, também, por característica, a tentativa de alienar o indivíduo da sua identidade inicial, privando-o, inclusive do seu nome, obrigando-o a desligar-se dos laços culturais e históricos que apoiavam a sua existência. Tentativa esta que não se concretizou por conta das várias estratégias de resistência logradas pelas mulheres e homens africanos escravizados que aqui chegaram e por seus descendentes, ao longo dos últimos cinco séculos.

Cabe aos museus contar e recontar estas histórias, valorizando a presença e participação africana na nossa formação cultural, demonstrando a sua força e resistência e ressaltando a sua grande colaboração para que pudéssemos ser o que somos hoje. Tal é a importância que creditamos às memórias africanas e afro-brasileiras: combater preconceitos e dar força para que possamos resistir e prosseguir.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. *Teatro de Memórias, Palco de Esquecimentos: Culturas africanas e das diásporas negras em exposições*. Tese (Doutorado em História Social) – PUC - São Paulo, 2006. Acesso em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12944>>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Guia dos Museus Brasileiros. 2011. Acesso em: <<http://www.museus.gov.br/noticias/guia-dos-museus-brasileiros>>
- SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.